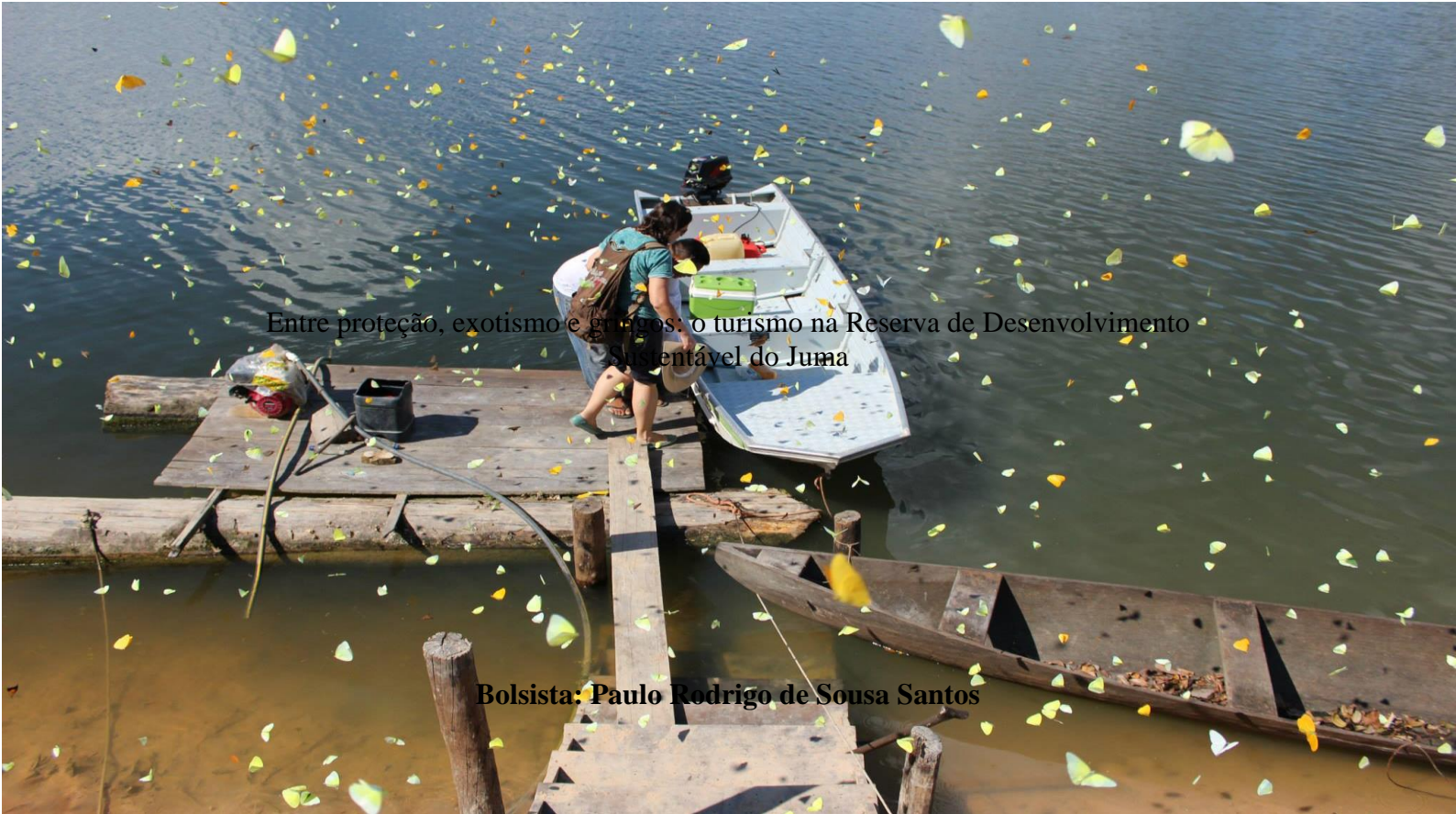




Universidade Federal do Amazonas
Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Departamento de Apoio à Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica



Entre proteção, exotismo e negócios: o turismo na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma

Bolsista: Paulo Rodrigo de Sousa Santos

**Manaus
2015**

Universidade Federal do Amazonas
Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Departamento de Apoio à Pesquisa
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica



Relatório Final

PIB-H/0007/2014

Entre proteção, exotismo e gringos : o turismo na Reserva de Desenvolvimento
Sustentável do Juma

Bolsista: Paulo Rodrigo de Sousa Santos

Orientadora: Dr^a Marcia Regina Calderipe Farias Rufino

Manaus

2015

Sumário

Introdução	4
1.1 Metodologia	8
1.1.2 Etnografia	8
1.1.3 Entrevista Semi-Estruturada	8
2. Fundamentação Teórica	10
2.1 Turismo	10
2.2 Unidades de Conservação	13
2.3 RDS do Juma	15
3. Desenvolvimento	17
3.1 Segundo Campo	20
4. Para (não) concluir	25
4. Referências	26

Introdução

Há cinco anos me deparei com a minha primeira incursão ao interior do Amazonas, em um projeto ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Universidade Federal do Amazonas. Nesse projeto observávamos quais eram as relações do território criado pelo Governo Federal e suas políticas públicas no Estado do Amazonas, e como os habitantes dessas regiões tinham proveito dessas políticas. A partir dali, comecei a viajar para o interior e entender a vivência que muitas pessoas passam, sua produção, seu modo de vida, conflitos e gargalos que aparecem em políticas públicas e alguma maneira de resolvê-las. Um ano depois, realizei um projeto sobre trocas culturais em hostels na cidade de Manaus; ali foi o primeiro momento em que tive contanto direto e curiosidade de analisar o desenvolvimento do turismo no Amazonas, e mais especificamente, na cidade de Manaus. Foi um tempo que descobri e redescobri vários lugares, conheci inúmeras pessoas, e me senti mais próximo e me deu a ideia de pensar o tema desse trabalho. No hostel onde estava hospedado havia um banner com informações referentes ao passeio no “Juma”, sua localização era em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e fazia parte de um programa do governo para proteger essas áreas e as pessoas que moravam ali. A proposta de ir até uma unidade de conservação era interessante por certos motivos: um deles é que eu havia participado em 2013 de uma consulta para criação de Unidades de Conservação junto ao extinto CEUC em convênio com a Fundação Rio Solimões, e nos municípios de Tapauá e Canutama, havíamos feito entrevistas, e pesquisas para a criação em unidades de conservação em ambos os municípios; outro motivo, é que os tópicos de discussão para a criação das unidades de conservações com os habitantes, tinham em comum, a proposta do turismo sustentável naquele local. Em função desses dois motivos, me interessei e procurei informações quanto o funcionamento da agência que oferece os serviços para levar os turistas até o “Juma”. Essa parte foi fundamental para compreender como as agências tem sua funcionalidade nos hotéis de Manaus, e como são oferecidos esses pacotes para os “de fora”.

Antes foi preciso entender como o turismo sustentável se fixou no Estado do Amazonas, e quais foram os fatos pertinentes para que haja procura intensa dos turistas (principalmente estrangeiros) por pacotes de viagens que são fechados, e tem seu cronograma realizado em dias ou até mesmo em horas.

Na década de 1970, a Amazônia Brasileira caracterizou-se por ser uma região disputada por conta das suas potencialidades econômicas, florestais, fluviais, etc. Na ditadura militar a região passou por alto grau de vigilância e de projetos. Dentre eles, estavam a transamazônica¹, as explorações de minérios do Pará e a questão das fronteiras com outros países. A partir daí, surgem vários projetos que tempo depois se tornam obsoletos e caem no esquecimento (como o caso da Transamazônica). Mesmo assim, um dos “triumfos” da região Amazônica e, especificamente do estado do Amazonas, foi a Zona Franca de Manaus².

Na década de 1970, as políticas para “povoar” a Amazônia (e aqui falamos do Amazonas especificamente) trouxeram benefícios para a região, além da entrada do capitalismo e da luta pela terra (IANNI, 1979). Assim, formaram-se órgãos dentro da própria esfera local e estadual para fomentar a discussão e defesa do meio ambiente.

Um deles é o Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) que está ligado diretamente à Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS)³ que desenvolve trabalhos junto a populações locais ribeirinhas para a conservação do meio ambiente no Estado.

¹ Segundo Octavio Ianni (1979) os dois principais motivos para a construção da Rodovia Transamazônica seria a terra e a segurança interna. A questão da terra seria pelo fato de conflitos no nordeste do Brasil e o outro motivo seria a ocupação de “terras virgens” na Amazônia. A rodovia foi construída entre os anos de 70-74 pelo governo de General Médici em função do Programa de Integração Nacional (PIN). Atualmente, a rodovia passa pelos municípios de Apuí, Humaitá, Lábrea e Benjamin Constant no Estado do Amazonas, sendo o trecho de Manaus – Porto Velho, conhecido como BR-319.

² Segundo Oliveira (1988) a Amazônia passou por muitas políticas públicas na ditadura militar. Com a questão de defender o território e torná-lo mais populoso, o Estado decidiu por algumas justificativas como “imenso vazio geográfico”, “área de fronteira desabitada”, e “formas de extrativismo vegetal predominante” criar a “Operação Amazônia” na qual houve a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) no ano de 1953 e, posteriormente, a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em 1966 pelo Presidente Castelo Branco. A Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) foi criada também para fomentar a “Operação Amazônia” no ano de 1967 na qual o objetivo era “criar um centro industrial e agropecuário com a meta de integrar a Amazônia Ocidental ao restante do país”.

³ A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) foi integrada a Administração Pública pela Lei Nº 2.783, de 31 de Janeiro de 2003. A SDS possui articulações com as seguintes autarquias: Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS) e Companhia de Gás do Amazonas (CIGÁS). A estrutura conta também com a colaboração de órgãos colegiados: Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMA/AM); Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais do Amazonas (CDSCPT/AM); Conselho Estadual de Reserva da Biosfera da Amazônia Central (CERBAC); Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas, Biodiversidade, Serviços Ambientais e Energia (FAMC) e Fórum Permanente das Secretarias Municipais de Meio Ambiente do Amazonas (FOPES-AM). Posteriormente, foram criadas a Unidade Gestora do Centro Estadual de Mudanças Climáticas e o Centro Estadual de Unidades de Conservação (SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SDS).

O principal projeto desenvolvido pelo CEUC são as Unidades de Conservação no Estado, onde são delimitadas áreas que podem ser exploradas (e não exploradas), zonas de amortecimento, conselho gestor, além de plano de gestão das unidades de conservação. No Amazonas, até o ano de 2001, havia cerca de quarenta e uma unidades de conservação protegendo 19 milhões de hectares, sendo quinze em Reservas de Desenvolvimento Sustentável. A reserva de desenvolvimento sustentável é

Uma área natural que abriga comunidades tradicionais, cuja existência se baseia em sistemas sustentáveis de utilização dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais, e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica (Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma, p. 26, 2010)

A reserva do Juma foi criada em julho de 2006, sob o decreto nº 26.010 e possui vinte e seis comunidades no seu interior e dezessete no seu entorno⁴. Segundo o plano de gestão da reserva, as principais atividades em desenvolvimento são agricultura e pesca de subsistência, coleta de frutos, extrativismo da castanha-da-Amazônia e do óleo de copaíba, produção e comercialização da farinha de mandioca; e as atividades potenciais são coleta da castanha, turismo, manejo de mandioca (Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma, 2010).

Ao realizar pesquisa⁵ sobre hostels na cidade de Manaus, durante o ano de 2013, percebi que agências de turismo estão diretamente ligadas ao turismo dentro da Reserva de Conservação do Juma, em especial o hostel Gol Backpackers. Segundo entrevista concedida por um funcionário do hostel – que trabalha(va) diretamente com a agência de turismo - o passeio realizado pela agência de turismo pode durar até sete dias ou no mínimo dois dias e custa entre R\$130,00 a R\$160 (por dia) dependendo das acomodações (SANTOS, 2013).

⁴ As comunidades que fazem parte do interior da RDS são: Abelha, Barraquinha, Boa Frente, Cacaia, Capintuba, Cipotuba, Cumã, Flexal, Limão, Livramento, Nova Jerusalém, Nova Vida, Novo Oriente, Paiucaua, Paraíso, Repartimento, Santa Maria, Santa Arauzinho, São Domingos, São Francisco do Anape I, São Francisco do Anape II, São José dos Brasões, São Miguel / Boca do Juma, Sivirino, Sto. Antônio, Tucunaré. As que fazem parte do entorno da RDS são: Alvorada, Amapá, Amapazinho, Amorim, Belas Águas, Boa Vista, Boas Novas, Nova Olinda, Primor, Sto Antônio Mariepaua, São Felix, São Bento, São Francisco do Aruá, São Luiz, São Marcos, São Rosa, Tauari (PLANO DE GESTÃO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO JUMA, 2010).

⁵ A pesquisa foi realizada por meio de projeto de iniciação científica intitulado: “De onde você é?” Trocas Culturais em Albergues em Manaus – AM. Teve como objetivo analisar o fluxo dos hóspedes, as trocas culturais e o histórico dos hostels em Manaus. O projeto foi realizado no curso de ciências sociais da Universidade Federal do Amazonas e orientado pela Professora Dr^a Ivani Ferreira Faria.

Tendo em vista que no plano de gestão da Reserva do Juma houve apontamentos para o turismo como uma atividade potencial, a iniciativa surgiu de ambos os lados: tanto da esfera pública quanto da privada. No plano de gestão, as ações que deveriam ser desenvolvidas no ano de 2011 pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS)⁶ eram:

Implementar atividades de turismo de natureza (turismo de aventura, observação de pássaros) e, o turismo de base comunitária). Fomentar a criação de associação de guias de turismo e roteiristas para apoiar a atividade turística e capacitar essa associação (Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma, p. 199 2010).

Assim, propus a pesquisa sobre a Unidade de Conservação do Juma, localizada no município de Novo Aripuanã, no Amazonas. Essa pesquisa teria como apoio a infraestrutura das agências de turismo e sua logística para a realização das viagens de campo, o que facilitaria as idas e vindas, e a pesquisa em si. Mas conforme a pesquisa avança, e ela se torna cada vez mais clara, acabamos por encontrar dificuldades que “atrapalharam” o andamento. O principal entrave foi a divulgação errônea das agências de turismo sobre o Juma. Em primeira viagem de campo, constatei que a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma estava bem longe do nosso alcance, na verdade, os turistas eram levados até o município de Autazes, em um hotel de selva, que ficava na **Boca do Juma**, e aquele lugar estava fora de qualquer unidades de conservação do Estado do Amazonas, sendo assim, fora do objetivo geral da pesquisa. Mais tarde, com ajuda e boa vontade da minha orientadora, do dono de uma pousada em Novo Aripuanã, e alguns moradores da Unidade, foi possível realizar a pesquisa *in loco*, o que resultou na pesquisa de campo realizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma em Novo Aripuanã.

No desenvolvimento deste projeto de iniciação científica, há três aspectos a serem considerados. O primeiro deles é sobre a constituição de reservas de desenvolvimento sustentável pelo governo do Estado do Amazonas nas quais o turismo torna-se uma das atividades elencadas pelas comunidades tradicionais com o apoio do próprio governo, o que tem sido denominado como “turismo comunitário de base”. Outro aspecto já observado é a presença de turistas, especialmente os mochileiros, que

⁶ A Fundação Amazonas Sustentável foi criada no dia 20 de dezembro de 2007. Em convênio com o Governo do Estado Amazonas e Banco Bradesco a instituição não possui vínculos político-partidários, e não possui fins lucrativos. O principal objetivo da FAS é: “realizar suas atividades pautada na conservação do meio ambiente, por meio de ações voltadas ao enfrentamento da pobreza e melhoria da qualidade de vida das populações que habitam as Unidades de Conservação” (FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL).

vem ao Amazonas em busca de pacotes de agências de turismo que oferecem atividades de aventura, atendendo às expectativas de passar pela experiência de estar na “selva”. Por fim, as comunidades tradicionais que dividem seus costumes e meio de vida com essa rede que chega até eles.

1.1 Metodologia

1.1.2 Etnografia

Há muito tempo a etnografia já é um objeto que ajuda aos cientistas a pensarem o mundo de forma diferente. Etimologicamente, a palavra etnografia vem do grego *ἔθνος*, *ethno* - nação, povo e *γράφειν*, *graphein* – escrever.

Emile Durkheim, na introdução de *As formas Elementares da Vida Religiosa*, usa a etnografia como parâmetro para a sua pesquisa, já que observa que as descrições feitas pelos etnógrafos são de suma importância para a ciência, e já romperam a barreira da curiosidade, e abriram porta para um novo tipo de método.

Contudo, a etnografia ficou mais famosa logo após a publicação de *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* de Malinowski; onde o autor teve a preocupação de demonstrar e descrever o método e fazer surgir um novo tipo de estrutura para a etnografia. A descrição de Malinowski e do sistema *Kula* abriu portas para outras etnografias como a de Evans-Pritchard e suas famosas etnografias em meio aos Azande e Nuer; inseridas na corrente teórica do estrutural-funcionalistas

Dentre as reflexões modernas sobre etnografia, autores como Clifford Geertz e James Clifford apontam novos parâmetros em que a escrita, a relação pesquisador-pesquisado, a autoridade do autor são problematizados, abrindo a possibilidade de construção de textos em que diferentes perspectivas podem ser incorporadas.

Esse trabalho é ancorado na perspectiva interpretativista proposta por Geertz. Segundo Geertz, as interpretações que temos de determinado ambiente devem ser compreendidas de forma diferenciada e de maneira correta, pois determinados eventos podem ter várias explicações e o objetivo do etnógrafo é delimitar como esses eventos circulam e a sua simbologia (GEERTZ, 2008).

Para Geertz, a etnografia sem a descrição densa e a interpretação dos fatos, é pífia, segundo ele,

Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito

não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (GEERTZ, 2008 p. 7).

Ou seja, é essencial para a etnografia a interpretação, pois a realidade, de certa forma, tem várias nuances que precisam ser percebidas e detalhadas na etnografia, deixar algo de fora em uma etnografia, é como se deixássemos de lado, escolhêssemos, e retirássemos o que não achamos relevante para a pesquisa.

1.1.3 Entrevista Semiestruturada

Outro procedimento metodológico que será realizado durante a pesquisa são as entrevistas com os donos dos albergues que serão as semiestruturadas. Para Thiollent (1982), as entrevistas não diretivas buscam que o entrevistado sinta-se à vontade em comentar o assunto que lhe está sendo dirigido, sendo possível com isso obter mais dados no processo de investigação. O objetivo da entrevista não diretiva é captar as identificações por meio da fala dos indivíduos, mediante a superação de censuras que nelas se manifestam (THIOLLENT, 1982, p. 82).

2. Fundamentação Teórica

2.1 Turismo

Na história da sociedade ocidental, observa-se que as populações têm necessidade de se locomover. Entre outros motivos, isso se deu por conta das tribulações do dia-a-dia. A sedentarização e o surgimento da agricultura e de outros meios para a sua alimentação e reprodução, levou os grupos a se fixarem a um lugar e formarem seu povo, estado-nação, sistemas econômicos, etc.

Hoje, mais do que nunca, com o advento da modernidade, capitalismo e globalização estamos em meio a tramas e dramas; uma vez que os sistemas impõem determinadas situações de estresse e cansaço. Pensando como Marx, o sistema capitalista acaba alienando o trabalhador e dentro desse meio de estresse, ele necessita de algo para passar o tempo e esquecer seu trabalho. Entre as práticas que buscam amenizar essa situação, encontra-se o turismo.

O turismo é uma prática difundida mundialmente e observa-se um fluxo constante de pessoas entre os vários continentes. Em 1946, foi criada a Organização Mundial de Turismo com o objetivo de proporcionar o “turismo responsável, sustentável, e acessível a todos”. A OMT também criou o “Código ético mundial para o Turismo” em 1999 na Assembleia Geral da Organização Mundial de Turismo (OMT), no qual os principais artigos são:

1. Turismo como contribuição mútua para o entendimento e respeito entre pessoas e sociedades;
2. Turismo como veículo para a realização coletiva e individual;
3. Turismo como fator de desenvolvimento sustentável;
4. Turismo, um usuário do patrimônio cultural da humanidade e contribuinte para sua valorização;
5. Turismo, uma atividade benéfica para os países de acolhimento e comunidades;
6. Obrigações das partes interessadas no desenvolvimento do turismo;
7. Direito de Turismo;
8. Liberdade dos Movimentos Turísticos;
9. Direitos dos Trabalhadores e Empresários do Setor de Turismo;
10. Aplicação dos Princípios do Código Mundial de Ética para o Turismo (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO, tradução nossa).

Além disso, a OMT conta com 155 membros, 6 membros associados e mais de 400 membros associados de diversos meios como empresariado, associações e

autoridades (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO). É visível que há interesses de diferentes ordens na realização e fomento dessa prática.

Considero como mais interessante analisar o primeiro artigo do código ético mundial do turismo, onde a principal premissa é “entendimento entre pessoas e sociedades” seguindo a lógica de que o turismo perpassa a ideia de que é preciso conhecer o outro para poder respeitar sua cultura e, entendendo a sua cultura, o respeito será perpetuo. A diferença do eu e do outro é acentuada no turismo na medida em que um não conhece o outro, e cada um tem interesses mútuos, alguns econômicos, outros culturais e dentro desses interesses o turismo cresce como grande economia global e reprodutora não só de economias, como de costumes e até estereótipos.

Dentre as diversas práticas turísticas, há o turismo alternativo que está bem longe (ao que se pensa) do turismo comercial, aquele que dispõe de mecanismos como agências de turismo, pacotes turísticos, companhias aéreas e mais alguns aparatos para que os turistas desse meio só possam olhar para onde são mandados.

O turismo alternativo seria uma categoria onde os turistas teriam mais autonomia para se mover, ver e criar o espaço em que andam, além de mais contato com a cultura, povos que visitam. Esse turismo é muito ligado aos mochileiros (ou atualmente chamados de backparckers) que tem a história ligada aos viajantes da geração beat ⁷. Esse turismo alternativo foi visto com bons olhos pelo até então ministro do Turismo – Walfrido dos Mares Guias, em 2005, que afirmou:

Entre as muitas novidades, pela primeira vez o turismo brasileiro entrará no mercado dos mochileiros, que gera recursos na Europa. Um público geralmente formado por universitários que desejam conhecer o mundo gastando pouco dinheiro e abusando da criatividade. Ecoturismo, esportes radicais, sítios arqueológicos, ferrovias fantasmas no meio da Amazônia, festas típicas, circuitos de doces, a colonização europeia: toda a diversidade do Brasil explode nas mais díspares e surpreendentes rotas, com opções para todos os gostos, idades, preferências e sonhos pessoais (AIOQUI, p.18, *apud* O ESTADO DE S. PAULO 2005).

No documento intitulado Segmentação do Turismo publicado pelo Ministério do Turismo, o conceito do turismo cultural (que aqui chamamos de turismo alternativo) é

⁷A geração beat surgiu entre o final da década de 50 e o começo de 60 e seus principais representantes são Allen Ginsberg, Willian S. Burroughs e Jack Kerouac. Esses artistas eram conhecidos por seus movimentos nômades ou por fundar comunidades, foram inspiradores para o movimento hippie com o surgimento posterior.

Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (MINISTÉRIO DO TURISMO, p. 12).

Segundo Krippendorf,

Hoje o turismo alternativo também se tornou um grande negócio comercial. Na Alemanha Federal, os estudos de mercado estimam há em um milhão de homens-férias que abandonaram o *dolce farniente* entre a *chaise-longue*, a piscina, o bar do hotel e querem realizar outros sonhos nas férias: ao invés do conforto, a aventura, o esforço físico, os calafrios, o espírito de grupo e o companheirismo. A última moda são as viagens de aventura. Esse mercado foi renovado pelas poderosas marcas de cigarro também por todo um conjunto de agências especializadas. Até mesmo os catálogos dos grandes organismos de viagens concedem cada vez mais espaço para este item, no qual se encontra o tudo e o impossível. Cada vez mais longe, mais louco, mais original, de ano para ano desde que os negócios prosperem (KRIPPENDORF, 1989).

Para Silva (2004) o turismo abriu portas nas ciências sociais por ser um tema mutável. A identificação de vários turismos, por conta dos diferentes tipos de turismos que se encontram em várias cidades, localidades e países pelo mundo. Segundo a autora,

Na verdade falo aqui de antropologia do turismo, como se fala por exemplo, de antropologia urbana, sabendo que o que está em causa é antropologia *nas* cidades e não da cidade [...] O que pra mim é estimulante no turismo, é formar os seus terrenos como campos laboratoriais estrategicamente interessantes para a antropologia onde ela deve, e pode, afirmar a sua especificidade, recorrendo, justamente, a delimitação artificial de um lugar e que pode explorar com um *knowhow* específico de atribuição de voz ao local e de enquadramento mais vasto no seu quadro de produção social (SILVA, 2004, p. 11).

As abordagens teóricas do turismo na antropologia passaram resumidamente por três fases: o impacto do turismo de massa sobre culturas locais, o turismo como uma forma de neocolonialismo e imperialismo e abordagens como o turismo envolto de universos tradicionais, como os rituais (SILVA, 2004).

Para Urry (2001), o turismo é

Uma atividade de lazer, que pressupõe seu oposto, isto é, um trabalho regulamento e organizado. Constitui uma manifestação de como o trabalho e o lazer são organizados, enquanto esferas separadas e regulamentadas da prática social, nas sociedades “modernas”. Com efeito, agir como um turista é uma das características definidoras de ser “moderno” e liga-se a grandes transformações do trabalho

remunerado. É algo que passou a ser organizado em determinados lugares e a ocorrer em períodos regularizados (URRY, 2001, p.17).

As abordagens de Urry vão desde a problematização do turismo de massa até o alternativo, passando por agências, o olhar do turista, economia, desigualdade social. Em amplo aspecto, a teoria de Urry vem acompanhada com a ideia de modernidade e os impactos trazidos por ela.

A modernidade e a pós-modernidade trouxeram a ideia de que o turismo reflete as mudanças sociais ocorridas a partir da década de 60 com a popularização do avião e das viagens. Segundo Gilles Lipovetsky (2004), o turismo aparece como uma forma de consumo do presente. Também Urry (2004) ressalta o caráter hedonista e psicologista do turismo:

Que incita à satisfação imediata das necessidades, estimula a urgência dos prazeres, enaltece o florescimento pessoal, coloca no pedestal o paraíso do bem-estar, do conforto e do lazer. Consumir sem esperar; viajar; divertir-se; não renunciar a nada (URRY, 2004, p.61).

Na prática de um turismo alternativo é enfatizada a busca pelo exótico, pelo inusitado, pela aventura. Entretanto, parte dos recursos e infraestrutura utilizados são comuns também às demais práticas turísticas. Deve-se considerar que experiências vividas por turistas mochileiros, por exemplo, fazem parte de pacotes continuamente oferecidos pelas agências turísticas. No Estado do Amazonas, como apresentarei mais adiante, essa situação se repete e a aventura na “selva” é realizada em áreas controladas, mas que para os turistas são inusitadas e lhes satisfazem enquanto uma forma de consumo do exótico.

2.2 Unidades de Conservação

As unidades de conservação surgiram a partir da criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) que é regulamento pela Lei Nº 9.985 de Julho de 2000. A partir daí as unidades de conservação também são previstas no art.225 da Constituição Federal.

O Estado do Amazonas conta com o Sistema Estadual de Unidades de Conservação que foi criado em junho de 2007 a partir da lei complementar nº5. Segundo a Lei, uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável é

Uma área natural que abriga comunidades tradicionais, cuja existência se baseia em sistemas sustentáveis de utilização dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo das gerações e adaptados as condições ecológicas locais, e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da biodiversidade ecológica (CEUC, p. 27).

No Amazonas, as unidades de conservação estão espalhadas por todo seu território e ocupam 27% do território, sendo divididas entre unidades de conservações Federais que representam 15%, Estaduais (12%), e que juntas totalizam cerca de 42.335.533,20 milhões de hectares até 2011.

Todas as unidades de conservação devem possuir um plano gestor que tenha dados como população, hidrografia, cultura, etc. O plano de gestão foi definido como:

“Documento técnico e gerencial, fundamentado nos objetivos da unidade de conservação, que estabelece o seu zoneamento, as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação da estrutura física necessárias à gestão da unidade” (art.2º, XI).

Essas unidades de conservação também são geridas por um Conselho Deliberativo, presidido pelos órgãos responsáveis, pelos representantes de órgãos públicos, organizações da sociedade civil, e de populações tradicionais.

As unidades de conservação são caracterizadas, segundo o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), como

Espaço territorial com características naturais relevantes e seus recursos ambientais, incluindo águas jurisdicionais, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação in situ e de desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais, com limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Lei complementar. No 5/2007).

As atividades desenvolvidas nas unidades têm que obedecer às seguintes disposições:

- I - é permitida e incentivada a visitação pública, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área;
- II - é permitida e incentivada a pesquisa científica voltada à conservação da natureza, à melhor relação das populações residentes com seu meio e à educação ambiental, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento;
- III - deve ser sempre considerado o equilíbrio dinâmico entre o

tamanho da população e a conservação; e IV - é admitida a exploração de componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis, desde que sujeitas ao zoneamento, às limitações legais e ao Plano de Manejo da área.

As unidades de conservação são fiscalizadas pelo Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) que está interligado diretamente a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS).

2.3 RDS do Juma

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma está localizada no Município de Novo Aripuanã e possui cerca de 589.611,28 hectares e foi criada atrás do decreto 26.010 3 de julho de 2006 pelo Governo do Estado do Amazonas. Possui vinte e seis comunidades no seu interior e dezessete em seu entorno. Seus marcos geográficos são estabelecidos ao norte pelo Rio Madeira, ao sul por áreas de domínio do Estado do Amazonas, ao Oeste pelo rio Mariepaua, e ao leste pelo Rio Acari.

A terra firme, a floresta de igapó, e campos naturais são os principais tipos de ecossistemas encontrados, o que proporciona o desenvolvimento de atividades como a agricultura e pesca para subsistência, coleta de frutos, extrativismo da castanha-da-Amazônia e do óleo de copaíba, produção e comercialização de mandioca, segundo o Plano de Gestor da Unidade (2001).

Ao total residem cerca de 251 famílias em 26 comunidades, totalizando 1.118 pessoas. Para se ter acesso à unidade de Conservação é preciso sair do município de Novo Aripuanã, que está à distância de 227,8km de Manaus em linha reta, e 300km, via fluvial. Essa viagem pode ser realizada de barco: um à jato que leva cerca de 12 horas de viagem (na época da cheia) com saídas de Manaus de terça-feira à sexta-feira às 06h:00 no Porto. Os barcos “recreios” saem às 12h, de segunda à sábado, e a viagem dura em torno de 36 horas. O acesso à RDS através do município de Novo Aripuanã se dá por duas formas: uma pela rodovia AM-174, que vai até o Km80, e leva cerca de 2 horas de trajeto, e a outra, por meio do Rio Madeira/Maripaua, que da sede do município até a Comunidade Boa Frente, leva cerca de 1 hora com o motor 90hp.

A fauna e flora da RDS do Juma é um importante fator para o turismo na região, segundo o plano gestor da unidade, a fauna da bacia do Rio Aripuanã se destaca pela complexidade e riqueza específicas:

Isto é, além de ter uma extraordinária diversidade de espécies devido à presença de duas áreas de endemismo e à heterogeneidade de tipos de ambientes, certos grupos animais contêm mais espécies coexistindo nessas florestas do que em qualquer outro lugar na Amazônia. Por exemplo, em quase toda a Amazônia encontram-se duas espécies de porcos-do-mato no mesmo lugar: uma de “caititu” e outra de “queixada”. No Aripuanã, existe uma terceira também, a recém descrita *Pecari maximus* (Roosmalen et al., 2007). Várias outras possíveis espécies novas de mamíferos estão sendo estudadas pelo pesquisador especialista na região Marc van Roosmalen, incluindo onças, veados, antas, peixes-boi, tamanduás e primatas. Essas, se comprovadas mesmo apenas algumas, fariam com que este fenômeno de “nichos extras” fosse generalizado na mastofauna do Aripuanã. Isso, junto com outras evidências geomorfológicas, sugere uma história biogeográfica bastante complexa, quando comparada a outras regiões da Amazônia, no que diz respeito à dispersão e especiação na bacia do rio Aripuanã. Aqui, fatores ambientais e históricos teriam conduzido de forma diferenciada os processos evolutivos. Apesar de pouco investigada, cada vez mais evidências acumulam a favor da singularidade biológica da região em termos amazônicos e globais.

Outro fator importante a ser considerado na RDS é a agricultura e o extrativismo. A principal atividade agrícola do local é o cultivo de roças, que contém sua principal cultura – a mandioca - e há ainda outros cultivos menores que são realizados para a subsistência de quem vive ali. Os roçados são cultivados no intervalo de um a três anos, e após esse período são deixados em “pousio”. A mandioca é o principal cultivo dessa região representando cerca de 75% dos itens cultivados, ademais, a abobrinha, banana, milho, melancia e feijão são os que complementam a renda.

Na floresta, o principal produto extraído é a castanha, que representa 70% do cultivo. Outros produtos que são extraídos é a copaíba, madeira, açaí e cipó, o último sendo responsável pela matéria prima para a produção de vassouras que são revendidas no município de Novo Aripuanã.

Sobre a pesca, as principais espécies de peixes capturadas são, na época da seca: o jaraqui, tucunaré e acará; e na cheia, as espécies mais capturadas são o matrinxã, e que é comercializada nas feiras do município de Novo Aripuanã. Os principais instrumentos utilizados são o caniço, o espinhel, flecha, malhadeira.

3. Desenvolvimento

O trabalho de campo foi previamente agendando com a agência Iguana Turismo. Segundo a agência (e no próprio site) o pacote oferecido seria para a Unidade de Conservação do Juma. Segundo o site,

A pousada Juma Lake Inn está preparada para lhe receber numa das áreas mais bonitas do estado do Amazonas. Localizado a 180 km ao sul de Manaus e na entrada de uma reserva natural, no lago do Juma. O local onde nosso passeio é desenvolvido, Reserva do Lago do Juma, foi escolhido pelas autoridades para ser uma UC's (Unidade de Conservação de Selva) por sua bela e diversificada composição. A área possui lagos, floresta inundada, pequenos canais e pântano. O local possui gerador de energia que é utilizado durante a noite.

Entretanto, quando cheguei ao local, era algo diferente. Estava no município de Autazes em um lugar chamado Boca do Juma. Conversei com os responsáveis pela hospedagem do lugar e comuniquei sobre a propaganda da agência. Dona Maria, a senhora que é responsável por todo hotel, disse que aquelas terras são de sua família e todas as atividades que são realizadas ali são dentro dessas terras. A comunidade que ajuda com as atividades é chamada Brasil. A seguir, transcrevo um trecho de meu diário de campo de em 26 de setembro de 2014 em que relato sobre o trajeto realizado pela agência de turismo para levar os turistas até o hotel.

Cheguei por volta de 06h30minh no Hotel 10 de Julho para esperar o transporte até o porto da Ceasa. Até o momento não havia nenhum turista, apenas a funcionária do hotel. Saímos do hotel pouco mais de 8:30 e fomos diretamente à Ceasa. No grupo estavam dois alemães e dois britânicos. Ao chegar à Ceasa, logo embarcamos (a embarcação era uma voadeira que fora paga pelo funcionário responsável que nos levou até o local; assim, o transporte é ramificado e a agência acaba criando redes de transportes até o local), fizemos uma pequena parada no encontro das águas para tirar fotos e prosseguimos até a cidade do Careiro. Lá pegamos um carro que seguiu pela estrada de Autazes, mais ou menos 50 km até a entrada no Km 12; onde entramos em um ramal que se estendeu por 10km até chegar à uma base onde estavam pessoas que trabalhavam como piloteiros, motoristas etc. A partir desse local, fomos de lancha em um percurso de vinte minutos até o hotel (SANTOS, 2014).



Figura 2. Base de encontro dos motoristas e piloteiros (SANTOS, 2014).

Há quatro flutuantes: o restaurante e outros para os funcionários. O restaurante serve como ponto de pescaria e de nado para os turistas. Subindo uma escada, encontramos o dormitório que é de madeira e tem 14 camas. Saindo do dormitório há um banheiro à esquerda, e seguindo em frente seis cabanas individuais. Ao lado de tudo isso, há algumas casas de quem mora no local.

O espaço é bem sombreado, há redes para os turistas ficarem deitados. Há também canoas disponibilizadas, onde é possível navegar por ali; a correnteza não é forte, o que ajuda muito os turistas. Conversando com o motorista que faz parte de uma cooperativa de motoristas e piloteiros voltados ao turismo, ele informou que a cooperativa funciona há mais de 4 anos. Outro ponto importante a ser destacado é que o local não pertence ao município de Novo Aripuanã e tampouco faz parte da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma. Está situado no município de Autazes. A propaganda que a agência de turismo anuncia não corresponde a realidade, já que no folder, site, e na própria agência fui informado que o hotel se encontrava em novo Aripuanã e dentro de uma RDS. Documentos formais, como o Alvará de Funcionamento e da Vigilância Sanitária, estão lotados no município de Autazes. Entre as atividades oferecidas na localidade destaca-se a pesca da piranha, remar, observar

pássaros. O fator de ser “de fora” agrega muito valor para os visitantes, pois eles não estão familiarizados com esse tipo de bioma. A comunidade que dá suporte ao hotel é a Brasil. Ela fica próximo ao hotel e possui escola, igreja e um número considerável de pessoas.



A comunidade vende bebidas e fornece comida e os guias para os turistas que vão até o lugar.

Figura 3: Quarto dos Hóspedes (SANTOS, 2014)

3.1 O segundo campo

À primeira vista o primeiro trabalho de campo foi uma perda de tempo. Não só havia sido enganado pela agência de turismo que me ofereceu um pacote turístico onde não havíamos chegado próximo da reserva que prometeram, como também, não havia coletado dados para o trabalho de campo que havia fundamentado no projeto de pesquisa. Logo, acabei me organizando e pesquisando mais sobre o turismo em Novo Aripuanã, e descobri eis que descobri um lugar no centro da reserva que realiza pesca esportiva no local. O proprietário desse local já pescava em Novo Aripuanã há tempo atrás, e em uma dessas viagens, se deparou com uma escola fechada, que estava abandonada, e teve a ideia de montar uma pousada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Entrei em contato com o Sr. João * e foi muito receptivo, dizendo que poderia visitar a pousada, desde que fosse no período de cheia (pois é o período que a pousada fica vazia) e que poderia usar o conforto e segurança do lugar para realizar a pesquisa.

E de lá, começou mais uma visita ao interior do Amazonas. Dessa vez, eu não tinha a facilidade de um projeto maior organizar a viagem para mim, eu não era mais só parte de uma equipe, eu era responsável por me manter seguro, por realizar os orçamentos para compra, de realizar a logística para ir até o local. Eu e minha orientadora, nos planejamos durante algum tempo, conversando com quem morava na RDS, e com o gestor da unidade de conservação.

Saímos de Manaus às 06h, no Porto Privativo, na balsa Laranja. O expresso já estava esperando os passageiros, e as pessoas iam se arrumando pela fila, ela já era grande quando chegamos. O barco tem capacidade para ao menos cem passageiros, todos sentados, e oferece ar condicionado, comida, bebidas. Com o passar do tempo, a viagem fica cansativa por conta das poltronas, e por não poder abrir as janelas do barco, o que propicia o cheiro de comida muito forte no interior do barco. Passamos por várias cidades até chegarmos à Novo Aripuanã. Essas cidades estavam localizadas na calha do madeira, e nas paradas, algumas pessoas desciam, e outras subiam, o que não passava de quinze minutos, e logo após, se continuava a viagem. A imensidão do rio, e da diversidade que passa, às os olhos não conseguem captar às vezes.

Chegamos na cidade de Novo Aripuanã às 16h. A cidade é localizada em frente a um encontro das águas. Descemos no porto e caminhamos até o ponto de táxi para encontrar o responsável do hotel que iríamos se hospedar. O primeiro dia foi para descansar e conhecer um pouco a cidade já que no outro dia tínhamos que ir cedo para irmos em direção a reserva.

Descandadxs, e com todo o equipamento pronto, encontramos com o atual presidente da reserva, do Sr. Doracy, que nos conduziu até a Reserva. Fomos em uma lancha com motor 40hp até à comunidade São Miguel que localiza-se na Boca do Juma. Foi uma viagem de pouco mais de três horas pelo Rio Aripuanã. A viagem é cercada por um paredão de florestas que nos deixa a sensação de claustrofobia, apesar de ser um ambiente extremamente aberto. O sr Doracy fez uma parada na comunidade Boa Frente. Essa comunidade possui projeto junto a FAS (Fundação Amazonia Sustentável) que construiu uma escola com ensino técnico e que jovens e adultos de comunidades próximas tem acesso à educação.



Figura . Paredão da Floresta. Foto: Paulo Rodrigo

Quando finalmente chegamos à comunidade São Miguel, fomos recebidos pelos moradores, e subimos uma escada íngreme que nos levava até a escola (que agora servia de pousada para os turistas). Cabe uma observação, essa escola, segundo os moradores, e o dono da pousada, foi cedida pelo município de Novo Aripuanã para que atividade de turismo pudesse ser desenvolvida na comunidade, o que foi contestado depois pelo gestor da unidade de conservação, que nos informou que não há documentação que

comprove que o município tenha cedido tal estrutura para que tanto os comunitários quanto o proprietário da pousada exercessem a atividade turística no local.

A estrutura era composta por uma casa principal, que contava com a cozinha, e três quartos. Felizmente, dois quartos desses foram cedidos para nós. Essa estrutura principal contava com um gerador de luz que funcionava pela parte da noite, mas especificamente das 18h às 22h, e era desligado após isso. Seu funcionamento era basicamente para atender o consumo das geladeiras (que armazenavam a comida) e para a internet. Em nossa estadia, o gerador de luz apresentou defeito por várias vezes, segundo os moradores, as pessoas que realizavam a manutenção desses geradores usavam em algumas vezes, de má fé, e apertavam parafusos, ou porcas, para que o gerador funcionasse no ritmo acelerado e acabasse por pane, o que acarretaria chamá-los mais uma vez para consertá-los. A internet funcionou alguns dias, depois, houve problema pela mesma, e ficamos sem comunicação durante nossa estadia.



Figura . Quartos da pousada . Foto: Paulo Rodrigo

Nesse local trabalhavam homens da própria comunidade que eram/são responsáveis pela manutenção do lugar. Essa manutenção é ligada primeiramente ao acesso dos turistas à pousada. Como dito antes, a escada que dá acesso é bastante íngreme, e na verdade, boa parte de quem utilizava aquela escada eram os moradores da comunidade, os turistas quase não a utilizavam porque chegavam a partir de carro. Próximo à pousada há uma estrada que pode ser interligada, e a abertura dos ramais, e da limpeza de tocos de madeira, e da vegetação era feita por homens que ali trabalhavam, em virtude de grande parte dos turistas serem homens e mulheres com

idade avançada, e por ser penoso a subida pela escada íngreme da comunidade para a pousada.

As mulheres desempenhavam o papel de cuidar da alimentação, contudo, o seu trabalho era basicamente na época da alta temporada, quando os turistas chegavam até à pousada.

O nosso principal interlocutor com as comunidades era o presidente da RDS, Sr, Doracy, que nos levou em três principais comunidades que eram responsáveis por contribuir com homens e mulheres para implementar as atividades turísticas na região. A primeira comunidade a ser visitada foi a Tucunaré. O lugar fica em meio a um lago, tem uma paisagem turística muito forte por conta das casas se localizarem os lugares altos, e terem árvores, como a sumaúma, que dão abrigo do sol. Em conversa com os moradores, eles informaram que a diária varia de R\$50,00 para os homens, e R\$40,00 para as mulheres. Mas essa informação é variada. Segundo eles, os turistas que vão até a comunidade para pescar, para ter proveito máximo possível, encomendam das mulheres almoços que custam até R\$300,00, e que atam suas redes embaixo das árvores, e pescam à vontade com os piloteiros que fazem seu trajeto.



Figura . Comunidade Cipotuba. Foto: Paulo Rodrigo.

A segunda comunidade visitada foi Cipotuba e a terceira Paraíso. Ambas as comunidades têm semelhanças com a primeira por conta da região onde são localizadas, próximas à lagos. Segundo os piloteiros, essas áreas são de importância significativa

para a produção do turismo, e da pesca esportiva, por conta da sua sazonalidade. Os lagos quando estão no tempo da seca dos rios, ficam lugares fechados e que acumulam peixes famosos da pesca esportiva, como o Tucunaré. É importante frisar que os turistas que vão até o local, são pessoas de idade, e que tem ampla experiência em pesca, provenientes do Estado de Minas Gerais e São Paulo. Essas pessoas que ficam hospedadas na pousada fazem competições de quem pesca mais; essa competição é pautada no peso dos peixes, e no final, quem ganha, é premiado com o valor de R\$400.00 para o roteiro responsável do turista.

É interessante notar que a proposta do turismo sustentável na Reserva de Desenvolvimento Sustentável abarca apenas um número específico de comunidades. Em conversa com o gestor da unidade de conservação, ele se mostrou preocupado com questões relativas ao turismo. Para ele, as atividades devem ser discutidas com toda unidade de conservação e ter aprovação de ampla maioria em assembleia realizada pelos moradores. Algumas assembleias foram realizadas para que essa proposta fosse encaminhada o mais rápido possível para aprovação junto ao órgão responsável, entretanto, até o momento da nossa pesquisa (em 2015) pouco se sabia se atividade estava regularizada pelo Estado. Observando a organização das comunidades que visitamos, o turismo é uma atividade complementar à renda. Vou exemplificar.

O município de Novo Aripuanã é cortado também pelo Rio Madeira, e nas suas margens banhadas por esse rio, é fácil encontrar produção farta de vários produtos, a várzea é carregada de produtos como mandioca, banana, melancia, macaxeira, abobora, maracujá, milho; esses cultivos são plantados imediatamente à margem do rio, o que chama atenção dos revendedores desses produtos. Eles chegam até o produtor, combinam o valor para colher e levar o produto, e no final, revendem na cidade. Ou seja, a produção no Rio Madeira é mais fluída por conta do tráfego maior de embarcações, o que é totalmente diferente da dinâmica do Rio Aripuanã, dentro da Reserva. Nos dias em que nós estivemos na Reserva, foram poucas as vezes que vimos barcos passando para recolher seja o cultivo, seja de escola, o movimento é ditado pelos moradores, e por alguns barcos que passam por dentro do rio. A distância é um fator primordial e que separa a produção de ambos os rios. Enquanto no Rio Aripuanã há poucos movimentos de barcos, é difícil escoar a produção para a cidade, por conta da alta distância que os moradores precisam atravessar (da comunidade São Miguel até o município de Novo Aripuanã em uma rabeta, são 8 horas ininterruptas de viagem) para

entregar um saco de farinha para ser vendido na feira. Até mesmo os benefícios sociais como o Bolsa Família, floresta, são deixados acumulados mais de três meses para que ao chegarem à cidade e sacarem o benefício os moradores também possam comprar todos os mantimentos suficientes para sua subsistência.

4. Para (não) concluir

A complexidade do Amazonas e sua questão territorial não é um lugar fácil para se realizar pesquisas. Fomos até Novo Aripuanã e nos deparamos com um turismo sustentável que trabalha diretamente com a pesca (que é um conhecimento tradicional que as populações têm em sua vivência) e turistas que vem ao local à procura de férias, de liberdade, de contato com esse meio amazônico. Vimos como as agências podem ser enganar quem visita o Amazonas, vendendo pacotes em lugares que são “não-lugares”, lugares que podem ser confundidos com outros. A discrepância do que é pago por um turista e para o piloto, responsável por sua condução e segurança, é enorme. O pacote básico para um turista é de R\$2.980 que incluem apenas o traslado para Novo Aripuanã/São Miguel/Manaus, cinco dias de hospedagem, 60 litros de gasolina, iscas, e um brinde. Enquanto o piloto ganha uma diária de R\$50,00. É preciso compreender as mais diversas formas de como o turismo pode ser implementado para todas as comunidades afim de que haja o total envolvimento da unidade de conservação para o desenvolvimento das atividades, é preciso que o Governo do Estado, juntamente com a iniciativa privada, possa caminhar e atender os pedidos dos moradores da Reserva de Desenvolvimento Sustentável. É possível que haja o turismo e que a natureza possa ser contemplada em seu âmago, para que não seja destruída. O turismo, na Reserva, pode ser entendido como uma forma de entendimento das populações que ali moram, que o seu conhecimento sobre àquela área ajuda um turista a compreender como se comportam os peixes, quais são as especificidades da região amazônica que nem todos entendem; e para os que visitam, que possam ter a compreensão de que é necessário haver mais políticas públicas para que essas populações possam desenvolver e ter o que é necessário para viver e defender o lugar que moram, e mais do que isso, de preservar, ensinar, o que o Amazonas pode nos oferecer.

5 . Referências

- AIOQUI, C. **Desenvolvimento do Segmento Backpacker no Brasil sob a Ótica do Marketing do Turismo**. São Paulo: [s.n.], 2005.
- CAILLÉ, A. **Antropologia do Dom: O Terceiro Paradigma**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CASTRO, C. **Evolucionismo Cultural: Textos de Morgan, Tylor e Frazer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.
- FOUCAULT, M. De Outros Espaços, 2013. Disponível em: <http://www.virose.pt/vector/periferia/foucault_pt.html>. Acesso em: 08 ago. 2013.
- GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GEERTZ, C. **Obras e Vidas: O antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- GOFFMAN, E. **Representações do Eu na Vida Cotidiana**. 11^a. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- _____, E. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. 4^a. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- HOSTELLING INTERNACIONAL BRASIL. Histórico e Filosofia. **Hostelling Internacional Brasil**, 2013. Disponível em: <<http://www.hihostelbrasil.com.br/historico.html>>. Acesso em: 23 jan. 2013.
- JR, Á. B.; BARRETTO, M. **Turismo e Identidade Local: Uma visão Antropológica**. 1^a. Campinas: Papyrus, 2001.
- KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1989.
- LARAIA, R. D. B. **Cultura: Um Conceito Antropológico**. 14^a. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar , 2001.
- MAUSS, M. **Ensaio Sobre A Dádiva**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- MILLS, C. W. **A imaginação Sociológica**. 4^a. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. Relatório de Avaliação Setorial 2011, 2011. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/relatorios/downloads_relatorios/RELATxRIO_DE_AVALIAxO_SETORIAL_-_ano_base_2011_-_PPA.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2013.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Segmentação do Turismo 2. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2013.

LIPOVETSKY, G. **Os Tempos Hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004

OLIVEIRA, R. C. D. **O trabalho do antropólogo**. 3ª. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

PLANO DE GESTÃO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO JUMA. Fundação Amazonas Sustentável - FAS/ Centro Estadual de Unidades de Conservação - CEUC. Novo Aripuanã, p. 281. 2010.

SAWAKI, E.; SAWAKI, J. F. H.; NETO, E. H. Mochileiros: Um Segmento a Ser Explorado no Brasil, Caxias do Sul, 9 jul. 2010. 15.

SILVA, M. C. D. **Outros Tópicos: Novos destinos turísticos e novos terrenos da Antropologia**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

UNESCO. **Representação da Unesco no Brasil**, 2013. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>>. Acesso em: 23 jan. 2013.

WITKOSKI, A. C. **Terras, Florestas e Águas de Trabalho: Os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. 2ª. ed. São Paulo: Annablume, 2010.

YÁZIGI, E. **A Alma do Lugar**. São Paulo: Contexto, 2001.

URRY, J. **O olhar do turista: Lazer e Viagens nas Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: SESC, 2001.

ANEXO

Ficha técnica da RDS DO JUMA

Nome da Unidade de Conservação: Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma

Unidade Gestora Responsável (UGR): Centro Estadual de Unidades de Conservação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CEUC/SDS.

Endereço da sede: Rua 19 de Dezembro, s/nº - N. S. da Conceição, Novo Aripuanã –

Decreto de Criação: Decreto nº 26.010 de 3 de julho de 2006.

Superfície da UC segundo Decreto de criação (ha): 589.611,8

Perímetro da UC (km): 616,5

Municípios abrangidos: Novo Aripuanã

Marcos geográficos referenciais dos limites: Norte: rio Madeira; Sul: áreas de domínio do Estado do Amazonas; Oeste: rio Mariépaua; Leste pela margem esquerda do rio Acari.

Bioma: Amazônia

Principais ecossistemas: Floresta de terra firme, floresta de igapó e campos naturais

Atividades em desenvolvimento: Agricultura e pesca de subsistência, coleta de frutos, extrativismo da castanha-da-Amazônia e do óleo de Copaíba, produção e comercialização da farinha de mandioca.

Atividades potenciais: Castanha, turismo, manejo dos recursos aquáticos

Atividades conflitantes: Pesca comercial, retirada ilegal de madeira.

População Residente: 251 famílias em 26 comunidades/localidades totalizando cerca de 1.188 pessoas